

WANDER GARCIA

Um dos maiores especialistas em Concursos Públicos do País



CONCURSOS CESPE

7.000 QUESTÕES
COMENTADAS



EM
COMO PASSAR

Organizador

Ivo Tomita

Autores

Wander Garcia, Alice Satin,
Ana Paula Garcia, André Barros, André
Fioravanti, André Justo, André Rancaglia,
Anna Bontempo, Anthony Rosenberg,
Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Diego Amorim,
Eduardo Dompieri, Eloy de Souza, Elson Garcia,
Enildo Garcia, Fábio Sobreira, Fabrício Barros,
Felipe Ramos, Felipe Maciel, Fernanda Franco,
Fernando Castellani, Fernando Cavalcante,
Flávia Fabre, Gabriela Rodrigues, Georgina Renata Dias,
Gustavo Nicolau, Helder Satin, Henrique Subi, Hermes
Cramacon, Ivo Tomita, José Camilotti, Leni Mouzinho,
Leonardo Santos, Lúcia Rossi, Luiz Fabre, Luiz Dellere,
Magally Dato, Marcos Destefanni, Maria Milani, Mark
Hughes, Munilo Sechieri, Priscilla Negreiros, Renan Flumian,
Renato Montans, Robinson Barreirinhas, Rodrigo de Lima,
Rodrigo Goyena, Rodrigo Saber, Savio Chalita, Sávio Copetti,
Sebastião Gomes, Tatiana Subi, Teresa Melo, Tiago Oliveira e
Vanessa Trigueiros

• CONCURSOS JURÍDICOS

• CONCURSOS DE TRIBUNAIS

• CONCURSOS POLICIAIS

• CONCURSOS FISCAIS

• CONCURSOS FEDERAIS

• DISCIPLINAS BÁSICAS:

Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Matemática Básica, Matemática
Financeira, Estatística, Informática, Lei 8.112/1990, Lei 8.666/1993,
Administração Pública, Administração Financeira e Orçamentária,
Redação e Arquivologia

Bônus on-line: Língua Inglesa, Língua Espanhola, Contabilidade,
Economia, Geografia, História do Brasil, História Mundial, Política
Internacional e mais questões de Língua Portuguesa

• DISCIPLINAS JURÍDICAS
(comentadas à luz do Novo CPC):

Civil, Processo Civil à luz do Novo CPC, Penal, Processo Penal,
Constitucional, Administrativo, Tributário, Empresarial,
Trabalho, Processo do Trabalho, Consumidor, Ambiental,
Criança e Adolescente, Processo Coletivo, Financeiro,
Econômico, Previdenciário, Internacional, Humanos,
Eleitoral, Educacional, Agrário, Recursos Hídricos,
Medicina Legal, Urbanístico e Sanitário

Bônus on-line: Idoso, Pessoa com Deficiência,
Legislação de Trânsito, Legislação de Carreiras, Ética
Profissional e Processo Civil à luz do CPC/1973

- Comentários ao final de cada questão, facilitando o manuseio do livro
- Questões comentadas e altamente classificadas*

*Os comentários das questões objetivas
são de responsabilidade da Editora Foco.



EDITORA
FOCO

Na compra deste livro, **GANHE**, por sete dias,
acesso ao curso de Direito Administrativo do
IEDI, com o Prof. Wander Garcia

2016 © Wander Garcia

Coordenador: Wander Garcia

Autores: Wander Garcia, Alice Satin, Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, André Braga Nader Justo, André Fioravante, André Roncaglia de Carvalho, Anna Carolina Bontempo, Antony Rosenberg, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Diego Amorim, Eduardo Dompieri, Eloy Gustavo de Souza, Elson Garcia, Enildo Garcia, Fábio Tavares Sobreira, Fabrício Barros, Felipe Ferreira Ramos, Felipe Maciel, Fernanda Franco, Fernando Castellani, Fernando Cavalcante, Flavia M. Barros Fabre, Gabriela R. Pinheiro, Georgia Renata Dias, Gustavo Nicolau, Helder Satin, Henrique Subi, Hermes Cramacon, Ivo Tomita, José Renato Camilotti, Leni Mouzinho Soares, Leonardo Gill Correia Santos, Licinia Rossi, Luiz Carlos Michele Fabre, Luiz Delloro, Magally Dato, Marcos Destefenni, Maria do Carmo P. Milani, Mark Hughes, Murilo Sechieri, Priscilla Negreiros, Renan Fluminan, Renato Montans de Sá, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Rodrigo Ferreira de Lima, Rodrigo Goyena Soares, Rodrigo Saber, Savio Chalita, Savio Rodrigo Copetti, Sebastião Edilson Gomes, Tatiana Creato Subi, Teresa Melo, Tiago Queiroz de Oliveira, Vanessa Tonolli Trigueiros

Editor: Márcio Dompieri

Gerente Editorial: Paula Tseng

Equipe Editora Foco: Georgia Dias, Ivo Shigueru Tomita e Ladislau Lima

Capa: R2 Editorial

Projeto Gráfico e diagramação: R2 Editorial

Impressão miolo e capa: Prol Editora Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como passar em concursos CESPE / Wander Garcia, [coordenador]. --
5. ed. -- Indaiatuba, SP : Editora Foco Jurídico, 2016. -- (Coleção
como passar)

1. Direito - Concursos públicos I. Garcia, Wander. II. Série.

ISBN: 978-85-8242-134-5

15-07032

CDU-34(81)(079.1)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Concursos públicos : Questões
comentadas : Direito 34(81)(079.1)

Direitos autorais: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site www.editorafoco.com.br, na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br.

Impresso no Brasil (09.2015)

Data de Fechamento (09.2015)



2016

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda

Al. Júpiter 578 – Galpão 01 – American Park Distrito Industrial

CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

APRESENTAÇÃO

A experiência também diz que aquele que quer ser aprovado deve cumprir três objetivos: a) entender a teoria; b) ler a letra da lei, e c) treinar. A teoria é vista em cursos e livros à disposição do candidato no mercado. O problema é que este, normalmente, pára nessa providência. A leitura da lei e o treinamento acabam sendo deixados de lado. E é nesse ponto que está o grande erro. Em média, mais de 90% das questões são respondidas a partir do texto da lei. Além disso, as questões de prova se repetem muito.

É por isso que é fundamental o candidato contar com a presente obra. Com ela você poderá ler a letra da lei e treinar. Cada questão vem comentada com o dispositivo legal em que você encontrará a resposta correta. Com isso você terá acesso aos principais dispositivos legais que aparecem no Exame CESPE, de uma maneira lúdica e desafiadora. Além disso, você começará a perceber as técnicas dos examinadores, as ‘pegadinhas’ típicas de prova e todas as demais características da Banca Examinadora, de modo a ganhar bastante segurança para o momento decisivo, que é o dia da sua prova.

É importante ressaltar que essa obra é única no mercado, pois somente ela traz tamanho número de questões do CESPE, questões estas que estão classificadas e comentadas, sendo que o comentário é feito, sempre que necessário, para cada alternativa de cada questão.

Com o único intuito de auxiliar o candidato na fase de transição dos Códigos de Processo Civil, elaboramos, nesta edição, dois capítulos de questões de Direito Processual Civil: um primeiro capítulo com questões comentadas de acordo com o CPC/1973 (*on-line*); e um segundo capítulo exclusivo, na versão impressa, com questões comentadas à luz do CPC/2015, inclusive com questões bônus de outras examinadoras, além de indicar, pontualmente, nos demais capítulos da obra, os dispositivos correspondentes ao CPC de 2015.

É por isso que podemos afirmar com uma exclamação que esta obra vai demonstrar a você **COMO PASSAR EM CONCURSOS CESPE!**

AUTORES

Wander Garcia
@wandergarcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo.

Alice Satin Calareso

Advogada. Mestre em Direitos Difusos pela PUC/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Palestrante e Professora Assistente na Graduação e Pós-Graduação em Direito da PUC/SP.

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI. Procuradora do Estado de São Paulo.

André de Carvalho Barros
@ProfAndreBarros

Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP. Professor de Direito Civil e de Direito do Consumidor exclusivo da Rede LFG. Membro do IBDFAM. Advogado.

André Braga Nader Justo

Economista formado pela UNICAMP.

André Fioravante

Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor pela Universidade de Paris XI. Pesquisador associado à Faculdade de Engenharia Elétrica da UNICAMP. Autor do livro "H8 Analysis and Control of Time-Delay Systems - Methods in Frequency Domain". Vencedor do concurso de programação Matlab em 2011.

André Roncaglia de Carvalho

Bacharel e Mestre em Economia Política pela PUC-SP e doutorando do Programa de Economia do Desenvolvimento - IPE-USP. Atua como pesquisador nas áreas de Economia Monetária, História do Pensamento Econômico, História Econômica do Brasil e Macroeconomia. É professor de Fundamentos da Economia, Macroeconomia e Economia Brasileira pela Fundação-Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), dos Programas de MBA da Fundação Getúlio Vargas.

Anna Carolina Bontempo

Professora e Gerente de Ensino a Distância no curso IEDI. Pós-graduada em Direito Público na Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Advogada

Antony Rosenberg

Professor de Redação Inglês no Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco, e Inglês Jurídico na FGV-SP no curso de Direito (graduação). Assessor do Presidente do BNDES na função de tradutor e revisor. Bacharel em Letras, com Habilitação em Tradução e Interpretação (UNIBERO) e Mestre em Língua Inglês, Linguística e Literatura (USP-SP).

Arthur Trigueiros**@profrigueiros**

Pós-graduado em Direito. Professor da Rede LFG, do IEDI e do PROORDEM. Autor de diversas obras de preparação para o Exame de Ordem e Concursos Públicos. Procurador do Estado de São Paulo.

Bruna Vieira**@profa_bruna**

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PROORDEM, LEGALE, ROBORELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Diego Amorim**@professordiego**

É formado em licenciatura em letras - espanhol com especialização em Análise do Discurso e língua portuguesa pela Universidade de São Paulo. O professor atua em diversos preparatórios para vestibular e concursos espalhados pelo país e ainda em universidades particulares da cidade. Atualmente é professor da Rede LFG de ensino e do Grupo Gran Cursos.

Eduardo Dompieri**@eduardodompieri**

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Eloy Gustavo de Souza

Professor de Língua Portuguesa do Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco, e do Curso Anglo. Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo - FFLCH-USP.

Elson Garcia

Professor e Engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Enildo Garcia

Especialista em matemática pura e aplicada (UFSJ). Professor-tutor da Pós-Graduação em Matemática (UFSJ-UAB). Professor de Matemática e Física em curso pré-vestibular comunitário. Aluno especial do Mestrado em Engenharia Elétrica do PPGEI-UFSJ. Integrante do Grupo de Estudos de Matemática Avançada - GEMA (UFSJ), do Grupo de Estudos de Temas Polêmicos em Biologia (UFSJ) e do Grupo de Estudos para a OBMEP. Analista de Sistemas Sênior (PUC/RJ).

Fábio Tavares Sobreira**@fabiottavares**

Advogado atuante nas áreas de Direito Público. Professor Exclusivo de Direito Constitucional, Educacional e da Saúde da Rede de Ensino LFG, do Grupo Anhanguera Educacional Participações S.A. e do Atualidades do Direito. Pós-Graduado em Direito Público. Especialista em Direito Constitucional, Administrativo, Penal e Processual Civil. Palestrante e Conferencista. Autor de obras jurídicas.

Fabício de Oliveira Barros

Pós-graduado em Gestão Financeira. Professor universitário. Auditor de Controle Interno do Governo do Distrito Federal. Ex-auditor da KPMG Auditores Independentes.

Felipe Ferreira Ramos

Professor do IEDI. Cientista Social pela Universidade de Brasília. Pesquisador com atuação no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e na Organização Internacional do Trabalho.

Felipe Maciel**@Felipemaciel**

Pós-graduado em Direito Constitucional pela UFRN. Graduado pela UFRN. Professor Universitário (UFRN e UnP). Professor de Cursos Preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos do IEDI. Assessor Jurídico concursado do Município de Natal. Advogado.

Fernanda Franco

Professora de Língua Portuguesa no Colégio São Luís em São Paulo. Formada em Letras pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com habilitação em Português e Linguística e é graduanda em Filosofia também pela USP.

Fernando Castellani**@ffcastellani**

Coordenador do LLM do IBMEC. Professor de Direito Tributário e Empresarial. Professor do COGEAE/ PUCSP, do IBET, da Rede LFG e Praetorium. Advogado.

Fernando Cavalcante

Professor assistente do IEDI. Especialista em Processo Civil pela PUC/SP. Monitor de Processo Civil na PUC/SP. Advogado.

Flavia M. Barros Fabre

Mestre em Direito pela PUC/SP. Doutoranda em Direito pela USP. Professora de Direito Administrativo. Procuradora do Município de São Paulo.

Gabriela R. Pinheiro

Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Professora Universitária e do IEDI Cursos *On-line* e preparatórios para concursos públicos exame de ordem. Autora de diversas obras jurídicas para concursos públicos e exame de ordem. Advogada.

Georgia Renata Dias

Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Autora e organizadora de diversas obras publicadas pela Editora Foco. Advogada.

Gustavo Nicolau**@gustavo_nicolau**

Doutor e Mestre pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Civil da Rede LFG/ Praetorium. Advogado.

Helder Satin

Graduado em Ciências da Computação, com MBA em Gestão de TI. Professor do IEDI. Professor de Cursos de Pós-graduação. Desenvolvedor de sistemas Web e gerente de projetos.

Henrique Romanini Subi**@henriquesubi**

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Hermes Cramacon @hermescramacon

Pós-graduado em Direito. Professor do Complexo Damásio de Jesus e do IEDI. Advogado.

Ivo Shigueru Tomita @ivoshigueru

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogeeae. Autor e organizador de obras publicadas pela Editora FOCO. Advogado e colaborador da Editora FOCO.

José Renato Camilotti

Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP, Mestrando em Direito do Estado PUC-SP, Professor universitário e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas, autor de diversas obras jurídicas.

Leni Mouzinho Soares

Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Advogado.

Leonardo Gill Correia Santos

Professor do IEDI. Cientista Político pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), especializado em Segurança Internacional pela mesma instituição. Curso Relações e Negociações Internacionais e Ciência Política na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, em Buenos Aires.

Licinia Rossi

@liciniarossi

Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Professora Exclusiva de Direito Administrativo e Constitucional na Rede LFG de Ensino. Professora de Direito na UNICAMP. Advogada.

Luiz Carlos Michele Fabre

Procurador do Trabalho e Professor de Cursos Preparatórios para Concursos.

Luiz Delloro

@delloro

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcatto e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Ex-assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de DerechoProcesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info.

Magally Dato

Professora de Língua Portuguesa. Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Marcos Destefenni

@destefenni

Doutor e Mestre pela PUC/SP. Mestre pela PUC de Campinas e Mestre em Direito Penal pela UNIP. Professor da Rede LFG. Promotor de Justiça em São Paulo.

Maria do Carmo P. Milani

Advogada graduada pela PUC/SP.

Mark Hughes

Professor de Redação Inglês e no Curso Avançado Inglês no Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco. Bacharel pela Glasgow Caledonian University e Mestre pela University of Strathclyde.

Murilo Sechieri Costa Neves

Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor do Complexo Damásio de Jesus. Advogado. Ex-Procurador do Estado de São Paulo.

Priscilla Negreiros

Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po Paris), com especialização em América Latina, Espanha e Portugal. Mestre em Administração Pública Internacional pela SciencesPo Paris com enfoque em Direito Internacional e Administração Pública.

Renan Fluminan

@renanflumian

Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*. Curso a *Session Annuelle D'enseignement de l'Institut International des Droits de L'Homme*, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado.

Renato Montans de Sá

Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/Rede LFG. Professor da Rede LFG. Advogado.

Robinson Sakiyama Barreirinhas

robinson.barreirinhas@gmail.com

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Professor do IEDI. Procurador do Município de São Paulo. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Rodrigo Ferreira de Lima

Mestre em Literatura e Cultura Russa pela Universidade de São Paulo e bacharel em Letras com habilitação em Russo e Português também pela USP. Sua formação conta ainda com diversas participações em congressos e simpósios de estudos em Língua Portuguesa.

Rodrigo Goyena Soares

Professor de História do Brasil no Ciclo EAD e Editora. Graduado em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (SciencesPo.) com especialização regional em América Latina, Espanha e Portugal. Possui mestrado em Relações Internacionais com especialização em Economia Política Internacional pela mesma universidade. Curso História e Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Governo do Estado de São Paulo. Mestrando em História Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Rodrigo Santamaria Saber

Defensor Público do Estado de Santa Catarina. Professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos. Graduado em Direito pela PUC de São Paulo e Especialista em Direito Processual Civil pela UNESP de Franca. Coautor de livros publicados pela Editora Foco.

Savio Chailta

Mestrando em Direitos Sociais. Professor de cursos preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Editor do blog www.comopassarnaob.com. Advogado.

Savio Rodrigo Copetti

Pós-Graduado em Direito. Defensor Público do Estado de Mato Grosso.

Sebastião Edilson Gomes

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Civil. Coautor do Livro Lei de Responsabilidade Fiscal comentada e anotada. 5ª Ed. Professor Universitário nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Civil.

Tatiana Creato Subi

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora em diversos cursos preparatórios para concursos. Coautora do livro "Como passar em Concursos Bancários", da Ed. Foco.

Teresa Melo

Professora do IEDI. Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ.

Tiago Queiroz de Oliveira

Pós-graduado em Direito. Diretor de Cartório Judicial.

Vanessa Tonolli Trigueiros

Pós-graduado em Direito Processual Civil pela UNISUL e em Direito Processual Civil e Civil pela UCDB. Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Analista de Promotoria. Assistente Jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

COMO USAR O LIVRO

XIX

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	1
2. VERBO	21
3. PONTUAÇÃO	28
4. REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA	39
5. CONCORDÂNCIA	70
6. CONJUNÇÃO	79
7. PRONOMES	86
8. CRASE	94
9. SEMÂNTICA	100
10. PREPOSIÇÃO	105
11. VOZES VERBAIS	108
12. ORTOGRAFIA	111
13. REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL	113
14. ADVÉRBIO	119
15. ORAÇÃO SUBORDINADA	120
16. PARTÍCULA SE / PRONOME SE	121
17. PONTUAÇÃO	122
18. ANÁLISES SINTÁTICA E MORFOLÓGICA	125
19. COMBINADAS	135

2. REDAÇÃO

205

1. TEMAS GERAIS	205
2. REDAÇÃO OFICIAL	210
3. REDAÇÃO ESPECÍFICA PARA DIREITO DO TRABALHO	211
4. REDAÇÃO ESPECÍFICA PARA DIREITO ELEITORAL	214

3. RACIOCÍNIO LÓGICO

217

1. INTRODUÇÃO E ESTRUTURAS LÓGICAS	217
2. COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES POR MEIO DE RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	220
3. CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO	222
4. IMPLICAÇÕES LÓGICAS	227

4. MATEMÁTICA BÁSICA

229

5. MATEMÁTICA FINANCEIRA

253

6. ESTATÍSTICA

257

7. INFORMÁTICA	263
1. <i>HARDWARE</i>	263
2. PLANILHAS ELETRÔNICAS	265
3. EDITORES DE TEXTO	272
4. EDITORES DE APRESENTAÇÕES	282
5. INTERNET	283
6. SISTEMAS OPERACIONAIS	297
7. SEGURANÇA	304
8. OUTRAS QUESTÕES	306
8. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	307
1. TEORIAS E CORRENTES DOCTRINÁRIAS	307
2. RECURSOS HUMANOS	309
3. GESTÃO E LIDERANÇA	320
4. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS	322
5. FERRAMENTAS E TÉCNICAS GERENCIAIS	324
6. CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL	328
7. PROJETOS	329
8. SISTEMAS E PROCESSOS	329
9. GESTÃO DE QUALIDADE	329
10. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	330
11. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	331
12. OUTRAS MATÉRIAS E TEMAS COMBINADOS	332
9. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	333
1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS	333
2. PLANO PLURIANUAL – PPA	333
3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO	334
4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA	334
5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	335
6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF	336
7. RECEITAS	337
8. DESPESAS	338
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	338
10. CRÉDITOS ADICIONAIS	339
11. OUTROS TEMAS E COMBINADOS	340
10. ARQUIVOLOGIA	343
1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ARQUIVOLOGIA	343
2. O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS – DIAGNÓSTICOS – ARQUIVOS CORRENTES E INTERMEDIÁRIO – PROTOCOLOS – AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – ARQUIVOS PERMANENTES	346
3. TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E SUPORTES FÍSICOS – MICROFILMAGEM – AUTOMAÇÃO – PRESERVAÇÃO – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS	356
11. LEI 8.112/1990	359
1. PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	359
2. DIREITOS E VANTAGENS	363
3. REGIME DISCIPLINAR	365

4. PROCESSO DISCIPLINAR.....	367
5. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR – BENEFÍCIOS.....	368
6. TEMAS COMBINADOS.....	369

12. LEI 8.666/1993**373**

1. LICITAÇÃO.....	373
2. CONTRATOS	376
3. PREGÃO	377
4. TEMAS COMBINADOS.....	378

13. DIREITO CONSTITUCIONAL**387**

1. PODER CONSTITUINTE	387
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	392
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	404
4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	413
5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	433
6. DIREITOS SOCIAIS.....	454
7. NACIONALIDADE	456
8. DIREITOS POLÍTICOS	459
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	464
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	491
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO	498
12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	517
13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	535
14. DEFESA DO ESTADO.....	544
15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	550
16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	553
17. ORDEM SOCIAL	558
18. TEMAS COMBINADOS.....	564

14. DIREITO ADMINISTRATIVO**569**

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	569
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	576
3. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	586
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	609
5. SERVIDORES PÚBLICOS.....	631
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	647
7. BENS PÚBLICOS.....	662
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	668
9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO	678
10. LICITAÇÃO.....	686
11. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	697
12. SERVIÇOS PÚBLICOS	703
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	711

15. DIREITO CIVIL**727**

1. LINDB.....	727
2. GERAL	732

3. OBRIGAÇÕES	758
4. CONTRATOS	767
5. RESPONSABILIDADE CIVIL	784
6. COISAS	792
7. FAMÍLIA	806
8. SUCESSÕES	816
9. DIREITOS AUTORAIS	821
10. REGISTROS PÚBLICOS	821
11. QUESTÕES COMBINADAS	822

16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105/2015 827

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	827
2. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ	828
3. PRAZOS PROCESSUAIS. ATOS PROCESSUAIS	831
4. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	832
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	834
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO	836
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES	838
8. TUTELA PROVISÓRIA	840
9. PROCESSO DE CONHECIMENTO	841
10. SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA	845
11. AÇÕES ANULATÓRIA E RESCISÓRIA	848
12. TEMAS COMBINADOS DE PROCESSO DE CONHECIMENTO	849
13. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	850
14. RECURSOS EM ESPÉCIE	851
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	856
16. EXECUÇÃO	858
17. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	863
18. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	864
19. EXECUÇÃO FISCAL	864
20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	865
21. TEMAS COMBINADOS	866

17. DIREITO PENAL 867

1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS	867
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO	870
3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO	871
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	874
5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL	876
6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS	878
7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS	880
8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL	882
9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	885
10. AUTORIA E CONCURSO DE PESSOAS	888
11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	892
12. PENAS E EFEITOS DAS PENAS	896
13. APLICAÇÃO DA PENA	897
14. <i>SURDIS</i> , LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA	901

15. AÇÃO PENAL.....	903
16. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL	904
17. PRESCRIÇÃO	905
18. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	905
19. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	913
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	920
21. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	922
22. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	924
23. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL	930
24. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	931
25. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL	959

18. DIREITO PROCESSUAL PENAL

983

1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	983
2. INQUÉRITO POLICIAL	988
3. AÇÃO PENAL.....	999
4. AÇÃO CIVIL.....	1005
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	1006
6. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1012
7. PRERROGATIVAS DO ACUSADO	1015
8. PROVAS	1016
9. SUJEITOS PROCESSUAIS	1026
10. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS	1027
11. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1029
12. PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	1040
13. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI.....	1044
14. JUIZADOS ESPECIAIS	1045
15. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA	1048
16. NULIDADES	1051
17. RECURSOS	1052
18. <i>HABEAS CORPUS</i> , MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL	1056
19. LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	1060
20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1065
21. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1069

19. DIREITO EMPRESARIAL

1083

1. TEORIA GERAL.....	1083
2. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1097
3. DIREITO CAMBIÁRIO.....	1115
4. DIREITO CONCURSAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO.....	1127
5. INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	1140
6. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	1141
7. CONTRATOS EMPRESARIAIS	1142
8. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1146
9. DIREITO DO CONSUMIDOR, CONCORRENCIAL, LEI ANTITRUSTE.....	1153
10. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	1153
11. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	1155
12. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1156

20. DIREITO TRIBUTÁRIO**1161**

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	1161
2. PRINCÍPIOS.....	1167
3. IMUNIDADES.....	1176
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	1178
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES.....	1184
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO.....	1186
7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1190
8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1192
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO.....	1197
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO.....	1207
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE.....	1217
12. TEMAS COMBINADOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.....	1236
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO.....	1240
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO.....	1243
15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES.....	1244
16. REPARTIÇÃO DE RECEITAS.....	1246
17. AÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	1249
18. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	1252
19. MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.....	1253
20. CRIMES TRIBUTÁRIOS.....	1253
21. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS.....	1254

21. DIREITO DO TRABALHO**1261**

1. INTRODUÇÃO, FONTES E PRINCÍPIOS.....	1261
2. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E ESPÉCIES DE EMPREGADOS E TRABALHADORES.....	1261
3. CONTRATO DE TRABALHO COM PRAZO DETERMINADO.....	1266
4. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR.....	1266
5. ALTERAÇÃO, INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1268
6. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO.....	1271
7. JORNADA DE TRABALHO.....	1277
8. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1280
9. ESTABILIDADE.....	1285
10. FGTS.....	1286
11. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	1287
12. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1287
13. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1291
14. PRESCRIÇÃO.....	1291
15. TEMAS COMBINADOS.....	1291

22. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**1293**

1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	1293
2. TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO.....	1297
3. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1297
4. COMPETÊNCIA.....	1298
5. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS.....	1301
6. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO.....	1302

7. NULIDADES	1303
8. PROVAS	1304
9. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS)	1305
10. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1312
11. EXECUÇÃO	1312
12. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA	1314
13. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	1314
14. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO).....	1315
15. RECURSOS	1315
16. QUESTÕES COMBINADAS	1322

23. DIREITO DO CONSUMIDOR

1325

1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO	1325
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS	1331
3. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO	1335
4. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA	1338
5. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE EM CASO DE GRUPO DE EMPRESAS	1341
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	1342
7. PRÁTICAS COMERCIAIS	1342
8. PROTEÇÃO CONTRATUAL	1348
9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	1352
10. RESPONSABILIDADE CRIMINAL	1352
11. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1354
12. SNDC E CONVENÇÃO COLETIVA	1359
13. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1361

24. DIREITO AMBIENTAL

1367

1. HISTÓRICO E CONCEITOS BÁSICOS	1367
2. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	1368
3. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	1370
4. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	1372
5. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL	1377
6. LEI DE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1379
7. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1382
8. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL	1393
9. PROTEÇÃO DA FAUNA	1396
10. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E PROTEÇÃO JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE	1397
11. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	1402
12. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL	1403
13. BIOSSEGURANÇA E PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA	1405
14. BIODIVERSIDADE	1406
15. RECURSOS MINERAIS	1408
16. MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1408
17. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1408

25. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1411

1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS	1411
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS	1412

3. PREVENÇÃO	1420
4. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1421
5. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1423
6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL	1425
7. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL	1430
8. CONSELHO TUTELAR	1434
9. CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1436
10. MINISTÉRIO PÚBLICO	1437
11. ACESSO À JUSTIÇA	1439
12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1444
13. CRIMES	1444
14. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES	1445
15. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1446

26. PROCESSO COLETIVO

1451

1. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E PRINCÍPIOS	1451
2. COMPETÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA	1454
3. LEGITIMAÇÃO, LEGITIMADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO E LITISCONSÓRCIO	1455
4. OBJETO	1459
5. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO	1459
6. INQUÉRITO CIVIL E RECOMENDAÇÃO	1460
7. AÇÃO, PROCEDIMENTO, TUTELA ANTECIPADA, MULTA, SENTENÇA, COISA JULGADA, RECURSOS, CUSTAS E QUESTÕES MISTAS	1460
8. EXECUÇÃO	1463
9. AÇÃO POPULAR E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1464
10. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS	1466

27. DIREITO FINANCEIRO

1469

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS	1469
2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E PLANO PLURIANUAL – PPA	1470
3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA	1471
4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF	1473
5. RECEITAS	1475
6. RENÚNCIA DE RECEITA	1478
7. DESPESAS	1478
8. DESPESAS COM PESSOAL	1479
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CRÉDITOS ADICIONAIS	1480
10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA PÚBLICA	1482
11. PRECATÓRIOS	1483
12. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS	1484
13. OUTROS TEMAS E COMBINADOS	1485

28. DIREITO ECONÔMICO

1489

1. ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO. MODELOS ECONÔMICOS	1489
2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1491
3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1492
4. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC. LEI ANTITRUSTE	1493
5. MINERAÇÃO	1496
6. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL	1496

29. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1499
1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS	1499
2. CUSTEIO.....	1504
3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA E DEPENDENTES.....	1507
4. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1513
5. PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1526
6. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR.....	1529
7. ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO.....	1531
8. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE	1532
9. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1532
10. TEMAS COMBINADOS.....	1534
30. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	1541
1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	1541
2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1584
31. DIREITOS HUMANOS	1593
1. TEORIA GERAL E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1593
2. GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	1594
3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	1595
4. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	1595
5. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	1605
6. SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1609
7. SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	1617
8. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	1617
9. DIREITO HUMANITÁRIO	1623
10. COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS	1625
32. DIREITO ELEITORAL	1629
1. FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	1629
2. DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL	1629
3. INELEGIBILIDADE.....	1631
4. CANCELAMENTO E EXCLUSÃO DE ELEITOR	1633
5. PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS.....	1633
6. ELEIÇÕES, VOTOS, APURAÇÃO, QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO	1638
7. PROPAGANDA ELEITORAL E RESTRIÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL	1641
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESPESAS, ARRECADAÇÃO, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA.....	1644
9. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	1645
10. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1648
11. AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES	1648
12. CRIMES ELEITORAIS	1651
13. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS.....	1653
33. DIREITO EDUCACIONAL	1657
1. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	1657
2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	1658

34. DIREITO AGRÁRIO	1659
1. ASPECTOS HISTÓRICOS	1659
2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO	1659
3. CONTRATOS AGRÁRIOS	1660
4. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL	1660
5. AQUISIÇÃO E USO DA PROPRIEDADE E DA POSSE RURAL	1660
6. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA	1660
7. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS	1662
35. RECURSOS HÍDRICOS	1665
1. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1665
2. SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	1666
3. TEMAS COMBINADOS	1666
36. MEDICINA LEGAL	1669
1. TANATOLOGIA	1669
2. EMBRIAGUEZ E ALCOOLISMO	1670
3. SEXOLOGIA	1670
4. TRAUMATOLOGIA	1670
5. PSICOPATOLOGIA FORENSE	1671
37. DIREITO URBANÍSTICO	1673
1. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO	1673
2. ESTATUTO DAS CIDADES E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA	1673
38. DIREITO SANITÁRIO	1677
1. DIREITO SANITÁRIO INTERNACIONAL	1677
2. LEI COMPLEMENTAR 141/2012 (GASTO MÍNIMO NA SAÚDE)	1677
3. LEI 8.080/1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE/SUS)	1678
4. LEI 10.216/2001 (SAÚDE MENTAL)	1678
5. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS	1679

COMO USAR O LIVRO

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1ª Tenha em mãos **livros e anotações** que normalmente utiliza ou **um computador** no qual você possa acessar e aprofundar as citações constantes das respostas.

2ª Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3ª Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4ª Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5ª **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6ª **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7ª Leia os comentários e também se aprofunde em relação aos temas que desconhecia; não tenha preguiça; leia as informações que explicam as alternativas corretas, como as que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia nos seus livros, anotações ou computador o tema indicado nos comentários.

8ª Leia também os **outros aspectos do tema que não foram abordados** na questão; por exemplo, se aparecer, em Direito Internacional, uma questão cujo comentário remete ao instituto extradição, aproveite para ler também os outros institutos que cuidam da exclusão do estrangeiro; se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho da República, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9ª Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DT – “desconhecimento da teoria”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da teoria;

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT – “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” – reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

Obs: se você tiver interesse em fazer o Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, entre no site www.iedi.com.br.

10ª Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11ª Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12ª Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez.

13ª Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14ª Desejamos a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia

Coordenador

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Diego Amorim, Eloy Gustavo de Souza, Fernanda Franco, Henrique Subi, Magally Dato e Rodrigo Ferreira de Lima*

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

- 1 O que tanta gente foi fazer do lado de fora do tribunal onde foi julgado um dos mais famosos casais acusados de assassinato no país? Torcer pela justiça, sim: as evidências permitiam uma forte convicção sobre os culpados, muito antes do encerramento das investigações. Contudo, para torcer pela justiça, não era necessário acampar na porta do tribunal, de onde ninguém podia pressionar os jurados. Bastava fazer abaixo-assinados via Internet pela condenação do pai e da madrasta da vítima. O que foram fazer lá, ao vivo? Penso que as pessoas não torceram apenas pela condenação dos principais suspeitos. Torceram também para que a versão que inculcou o pai e a madrasta fosse verdadeira.
- 13 O relativo alívio que se sente ao saber que um assassinato se explica a partir do círculo de relações pessoais da vítima talvez tenha duas explicações. Primeiro, a fantasia de que em nossas famílias isso nunca há de acontecer. Em geral temos mais controle sobre nossas relações íntimas que sobre o acaso dos maus encontros que podem nos vitimar em uma cidade grande. Segundo, porque o crime familiar permite o lenitivo da construção de uma narrativa. Se toda morte violenta, ou súbita, nos deixa frente a frente com o real traumático, busca-se a possibilidade de inscrever o acontecido em uma narrativa, ainda que terrível, capaz de produzir sentido para o que não tem tamanho nem nunca terá, o que não tem conserto nem nunca terá, o que não faz sentido.

Maria Rita Khel. **A morte do sentido**. Internet: <www.mariaritakehl.psc.br> (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2013 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os itens abaixo.

- (1) De natureza indagativa, o texto coteja o comportamento do povo diante de determinados julgamentos. Em relação a uns, o povo se mobiliza ruidosamente; a outros, manifesta completo desinteresse.
- (2) O trecho “o que não tem tamanho nem nunca terá, o que não tem conserto nem nunca terá, o que não faz sentido” (L.24-25) evoca o sentimento de revolta das famílias vítimas de violência urbana.

1: incorreta. O texto não indaga a diferença de comportamento do povo em uns e outros julgamentos. Investiga, na verdade, o que move a paixão popular em determinados casos, fazendo com que as pessoas se desloquem e dediquem seu tempo para torcer pelo resultado de um certo julgamento; 2: incorreta. O trecho é a citação direta de alguns versos da música “O que será, que será”, de Chico Buarque. Ele revela a incapacidade humana de compreender fatos que extrapolam o senso de normalidade.

Gabarito 1.E, 2.E

- 1 O processo penal moderno, tal como praticado atualmente nos países ocidentais, deixa de centrar-se na finalidade meramente punitiva para centrar-se, antes, na finalidade investigativa. O que se quer dizer é que, abandonado o sistema inquisitório, em que o órgão julgador cuidava

também de obter a prova da responsabilidade do acusado (que consistia, a maior parte das vezes, na sua confissão), o que se pretende no sistema acusatório é submeter ao órgão julgador provas suficientes ao esclarecimento da verdade.

- 10 Evidentemente, no primeiro sistema, a complexidade do ato decisório haveria de ser bem menor, uma vez que a condenação está atrelada à confissão do acusado. Problemas de consciência não os haveria de ter o julgador pela decisão em si, porque o seu veredito era baseado na contundência probatória do meio de prova “mais importante” — a confissão. Um dos 13 motivos pelos quais se pôs em causa esse sistema foi justamente a questão do controle da obtenção da prova: a confissão, exigida como prova plena para a condenação, era o 16 mais das vezes obtida por meio de coações morais e físicas.

Esse fato revelou a necessidade, para que haja condenação, de se proceder à reconstrução histórica dos fatos, 22 de modo que se investigue o que se passou na verdade e se a prática do ato ilícito pode ser atribuída ao arguido, ou seja, a necessidade de se restabelecer, tanto quanto possível, a verdade 25 dos fatos, para a solução justa do litígio. Sendo esse o fim a que se destina o processo, é mediante a instrução que se busca a mais perfeita representação possível dessa verdade.

Getúlio Marcos Pereira Neves. **Valoração da prova e livre convicção do juiz**. In: **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n.º 401, ago./2004 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2013 – CESPE) No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- (1) Infere-se do emprego das expressões “tanto quanto possível” (L.24) e “a mais perfeita representação possível” (L.27) que a instrução processual nem sempre consegue retratar com absoluta exatidão o que aconteceu na realidade dos fatos.
- (2) Depreende-se do texto que é praticado atualmente, ao menos nos países ocidentais, um método investigativo no qual a contundência probatória da confissão é suficiente para ensejar a condenação do arguido.
- (3) A argumentação do autor centra-se nessas duas ideias: condenação da imputação da pena baseada na confissão do acusado e valorização da instrução processual na busca de provas suficientes para uma solução justa do litígio.

1: correta. O uso da palavra “possível” representa justamente a impossibilidade de se afirmar com precisão o que aconteceu. As provas representam uma reconstrução do fato, mas nunca podemos montá-lo com todas as suas peculiaridades; 2: incorreta. O texto utiliza esse fato histórico (o sistema inquisitório) para demonstrar que o processo penal evoluiu, saindo dessa forma de julgar o acusado para o sistema acusatório, no qual investigador, acusador e julgador são pessoas diferentes; 3: incorreta. A questão da confissão é mencionada apenas como um exemplo de como o processo penal se desenrolava no passado. A ideia central do texto é a instrução processual, a reunião de provas suficientes que permitam ao juiz decidir com a maior certeza possível sobre o que aconteceu na data do fato.

Gabarito 1.C, 2.E, 3.E

* **Henrique Subi** comentou as questões dos concursos Policiais, de Enfermagem e Bancários, **Eloy Gustavo de Souza** comentou as questões de Diplomacia e Oficial de Chancelaria, **Fernanda Franco** comentou as questões de Assistente de Chancelaria, **Diego Amorim** comentou as questões dos concursos da Polícia Militar, **Fernanda Franco** e **Rodrigo Ferreira de Lima** comentaram as questões dos concursos Federais e **Magally Dato** comentou as demais questões.

1 Leio que a ciência deu agora mais um passo definitivo. E claro que o definitivo da ciência é transitório, e não por deficiência da ciência (e ciência demais), que se supera a si mesma a cada dia... Não indagamos para que, já que a própria ciência não o faz — o que, aliás, e a mais moderna forma de objetividade de que dispomos.

7 Mas vamos ao definitivo transitório. Os cientistas afirmam que podem realmente construir agora a bomba limpa. Sabemos todos que as bombas atômicas fabricadas até hoje são sujas (alias, imundas) porque, depois que explodem, deixam vagando pela atmosfera o já famoso e temido estrôncio 90. Ora, isso é desagradável: pode mesmo acontecer que o próprio pais que lançou a bomba venha a sofrer, a longo prazo, as consequências mortíferas da proeza. O que é, sem dúvida, uma sujeira.

16 Pois bem, essas bombas indisciplinadas, mal-educadas, serão em breve substituídas pelas bombas *n*, que cumprirão sua missão com lisura: destruirão o inimigo, sem riscos para o atacante. Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?

Ferreira Gullar. *Maravilha*. In: *A estranha vida banal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 109.

(Polícia Rodoviária Federal – 2013 – CESPE) No que se refere aos sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

(1) A visão do autor do texto a respeito das “bombas *n*” (L.17) é positiva, o que é confirmado pelo uso da palavra “lisura” (L.18) para se referir a esse tipo de bomba, em oposição ao emprego de palavras como “indisciplinadas” (L.16) e “mal-educadas” (L.17) em referência às bombas que liberam “estrôncio 90” (L.11), estas sim consideradas desastrosas por atingirem indistintamente países considerados amigos e inimigos.

1: incorreta. O autor se vale da ironia para aparentemente elogiar as bombas *n*. Sua total discordância com esse tipo de avanço bélico e o sarcasmo destilado no texto ficam claros com a pergunta retórica que o encerra.

Gabarito: 1 E

1 Todos nós, homens e mulheres, adultos e jovens, passamos boa parte da vida tendo de optar entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Na realidade, entre o que consideramos bem e o que consideramos mal. Apesar da longa permanência da questão, o que se considera certo e o que se considera errado muda ao longo da história e ao redor do globo terrestre.

7 Ainda hoje, em certos lugares, a previsão da pena de morte autoriza o Estado a matar em nome da justiça. Em outras sociedades, o direito à vida é inviolável e nem o Estado nem ninguém tem o direito de tirar a vida alheia. Tempos atrás era tido como legítimo espancamento de mulheres e crianças, escravizarem-se povos. Hoje em dia, embora ainda se saiba de casos de espancamento de mulheres e crianças, de trabalho escravo, esses comportamentos são publicamente condenados na maior parte do mundo.

16 Mas a opção entre o certo e o errado não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia. Muitas e muitas vezes e na solidão da consciência de cada um de nós, homens e mulheres, pequenos e grandes, que certo e errado se enfrentam.

22 E a ética e o domínio desse enfrentamento.

Marisa Lajolo. *Entre o bem e o mal*. In: *Histórias sobre a ética*. 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2008 (com adaptações).

(Polícia Rodoviária Federal – 2013 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) No texto, a expressão “pequenos e grandes” (L.20) não se refere a tamanho, podendo ser interpretada como equivalente a expressão “adultos e jovens” (L.1), ou seja, em referência a faixas etárias.

(2) Infere-se do texto que algumas práticas sociais são absolutamente erradas, ainda que o conceito de certo e errado seja variável do ponto de vista social e histórico.

(3) Infere-se do período “Mas a opção (...) da mídia” (L.17-19) que nem todos “os temas polêmicos” recebem a atenção dos meios de comunicação.

1: correta. Os termos foram empregados no sentido conotativo para resgatar a ideia apresentada já na primeira linha; 2: correta. O texto defende a existência de um consenso coletivo sobre o certo e o errado, mas destaca que esse consenso é fruto do momento histórico que uma determinada sociedade vive. Em outras palavras, condutas éticas devem ser analisadas conforme o tempo e o local onde ocorrem os fatos; 3: correta. A construção deixa claro que existem temas relacionados à ética que não têm o mesmo espaço para discussão nos meios de comunicação, apesar de serem relevantes.

Gabarito: 1 C, 2 C, 3 C

Pavio do destino

Sérgio Sampaio

- 1 O bandido e o mocinho
São os dois do mesmo ninho
Correm nos estreitos trilhos
- 4 Lá no morro dos aflitos
Na Favela do Esqueleto
São filhos do primo pobre
A parcela do silêncio
Que encobre todos os gritos
E vão caminhando juntos
- 10 O mocinho e o bandido
De revólver de brinquedo
Porque ainda são meninos
- 13 Quem viu o pavio aceso do destino?
Com um pouco mais de idade
E já não são como antes
- 16 Depois que uma autoridade
Inventou-lhes um flagrante
Quanto mais escapa o tempo
- 19 Dos falsos educandários
Mais a dor é o documento
Que os agride e os separa
- 22 Não são mais dois inocentes
Não se falam cara a cara
Quem pode escapar ileso
- 25 Do medo e do desatino
Quem viu o pavio aceso do destino?
O tempo é pai de tudo
- 28 E surpresa não tem dia
Pode ser que haja no mundo
Outra maior ironia
- 31 O bandido veste a farda
Da suprema segurança
O mocinho agora amarga
- 34 Um bando, uma quadrilha
São os dois da mesma safra
Os dois são da mesma ilha
- 37 Dois meninos pelo avesso
Dois perdidos Valentinos
Quem viu o pavio aceso do destino?

(Agente de Polícia/DF – 2013 – CESPE) A respeito dos sentidos do texto de Sérgio Sampaio, que constitui a letra de uma música, julgue os itens seguintes.

- (1) Infere-se da leitura dos versos “O bandido veste a farda / Da suprema segurança / O mocinho agora amarga / Um bando, uma quadrilha” (v.31-34) que houve uma inversão: o menino que fazia o papel de mocinho na brincadeira virou bandido quando adulto, e o que fazia o papel de bandido se tornou policial. Na mesma estrofe, os termos “surpresa” (v.28), “ironia” (v.30) e “avesso” (v.37) ratificam essa interpretação.
- (2) O texto, pertencente a um gênero poético, faz um relato biográfico sobre duas crianças em uma localidade periférica, contrastando a inocência e o ludismo da infância com a aspereza e a ironia do destino na vida adulta.

- (3) Os termos “ninho” (v.2) e “safra” (v.35) foram empregados em sentido denotativo e correspondem, respectivamente, ao local e à época de nascimento dos meninos.

1: correta. A história dos dois meninos teve um desfecho inesperado em relação às brincadeiras da infância; 2: correta. Essa é justamente a mensagem que o eu-lírico quer transmitir: que o destino nos reserva muitas vezes um futuro que não decorre das nossas atitudes; 3: incorreta. Ao utilizar as palavras “ninho” e “safra” para indicar o local e a época de nascimento dos personagens, o autor se valeu do sentido conotativo das palavras, seu sentido figurado.

Gabarito 1.C, 2C, 3E

- 1 Balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) aponta redução de 39% nos casos de roubo com restrição de liberdade, o famoso sequestro-relâmpago, ocorridos entre 1.º de janeiro e 31 de agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado — foram 520 ocorrências em 2012 e 316 em 2013.

Em agosto deste ano, foram registrados 39 casos de sequestro-relâmpago em todo o DF, o que representa redução de 32% do número de ocorrências dessa natureza criminal em relação ao mesmo mês de 2012, período em que 57 casos foram registrados. Entre as 39 vítimas, 11 foram abordadas no Plano Piloto, região que lidera a classificação de casos, seguida pela região administrativa de Taguatinga, com oito ocorrências. Segundo a SSP, o cenário é diferente daquele do mês de julho, 16 em que Ceilândia e Gama tinham o maior número de casos. “38% dos crimes foram cometidos nos fins de semana, no período da noite, e quase 70% das vítimas eram do sexo masculino, o que mostra que a escolha da vítima é baseada no princípio da oportunidade e aleatória, não em função do gênero.”

22 Ao todo, 82% das vítimas (32 pessoas) estavam sozinhas no momento da abordagem dos bandidos, por isso as forças de segurança recomendam que as pessoas tomem alguns cuidados, entre os quais, não estacionar em locais escuros e distantes, não ficar dentro de carros estacionados e redobrar a atenção ao sair de residências, centros comerciais e outros 28 locais.

DF registra 316 ocorrências de sequestro-relâmpago nos primeiros oito meses deste ano. R7, 6/9/2013.
Internet: <http://noticias.r7.com> (com adaptações).

(Agente de Polícia/DF – 2013 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto acima.

- (1) O texto, predominantemente informativo, refuta a ideia de que os alvos preferenciais dos autores de sequestros-relâmpagos seriam do sexo feminino.
(2) Infere-se do texto que, em agosto, Plano Piloto e Taguatinga eram as localidades com os mais altos índices de criminalidade no DF, situação inversa à de julho, quando as regiões de maior periculosidade eram Ceilândia e Gama.

1: correta. O texto é informativo porque se dedica a publicar dados estatísticos sobre infrações penais ocorridas em Brasília. Além disso, ao afirmar que 70% das vítimas são do sexo masculino, está implicitamente afastando a impressão equivocada de que os alvos preferenciais seriam as mulheres; 2: incorreta. O texto não atribui a essas regiões os mais altos índices de criminalidade em geral, unicamente a maior ocorrência de roubos com restrição da liberdade.

Gabarito 1.C, 2E

- 1 O problema intercultural não se resolve, como pretendem os multiculturalistas, pelo simples reconhecimento da isonomia axiológica entre culturas distintas, mas, 4 fundamentalmente, pelo diálogo interpessoal entre indivíduos de culturas diferentes e, mais ainda, pelo acesso individual à própria diversidade cultural, como condição para o exercício da liberdade de pertencer a uma cultura, de assimilar novos valores culturais ou, simplesmente, de se reinventar culturalmente. Aliás, o reconhecimento da isonomia axiológica

- 10 entre culturas é importante não porque limita a individualidade a uma estrita visão antropológica que projeta a condição humana ao círculo concêntrico da cultura do agrupamento 13 familiar e social a que pertence o indivíduo, mas porque o liberta, ao lhe dar amplitude de opção cultural, que, transcendendo a esfera da identidade individual como simples 16 parte de uma cultura, dimensiona a individualidade no campo da liberdade — da liberdade de criar a si mesmo. Por fim, a passagem para a democracia não totalitária, ou seja, 19 democracia na e para a diversidade, decorre, justamente, da sensibilização do político e da democratização do espaço pessoal, antes preso à teia indizível do monismo cultural 22 ocidental, tornando-se papel do Estado o oferecimento das condições de acessibilidade à diversidade cultural, ambiente imprescindível à autogestão da identidade pessoal.

Miguel Batista de Siqueira Filho. **Democracia, direito e liberdade**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p. 95-6 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia/DF – 2013 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os seguintes itens.

- (1) De acordo com o autor do texto, a solução dos conflitos interculturais requer o emprego de mecanismos mais complexos do que o proposto pelos multiculturalistas.
(2) Depreende-se da leitura do texto que tanto o seu autor quanto os multiculturalistas reconhecem que não há culturas mais importantes ou menos importantes que outras.
(3) Nesse texto, de tipologia dissertativa, o autor defende o acesso de todos a um ambiente de diversidade cultural, que, em sua opinião, é essencial para a construção da identidade pessoal.

1: correta. Isso está exposto logo no primeiro parágrafo. O autor deixa claro que a questão não se resolve só com o reconhecimento da isonomia axiológica, sendo também necessário um diálogo interpessoal envolvendo diferentes culturas e acesso individual à diversidade cultural; 2: correta. Ambos destacam a importância da isonomia axiológica, que é justamente o tratamento igualitário a todas as culturas; 3: correta. Essa opinião, defendida na dissertação, é exposta claramente no último parágrafo do texto, que trabalha como conclusão do raciocínio trabalhado pelo autor.

Gabarito 1.C, 2C, 3E

Piracicaba, 1924

- 1 A cidade paulista, um dos berços da República Velha e terra do austero Prudente de Moraes, acorda alvoroçada. Um pequenino avião dá voltas sobre ela, várias vezes, a baixa altura.
4 As janelas das casas abrem-se e algumas cabeças surgem, nervosas, procurando sobre os telhados o responsável pela quebra da monotonia dos céus piracicabanos.
7 Lá em cima, o biplano, indiferente, prossegue em suas evoluções; embaixo, as pessoas detêm-se nas calçadas, as mães recolhem os filhos que brincam nos jardins e uma tropa de mulas atreladas em frente ao Hotel Central agita-se, nervosa. Os animais relinham e corcoveiam, assustados com o barulho do biplano. Às vezes, ele passa tão baixo sobre a superfície das 13 águas do rio Piracicaba que suas rodas parecem roçar a ondulação do rio. Do cockpit, o piloto pode ser visto, usando óculos protetores e um cachecol volátil que flutua ao sabor do vento.
16 O responsável pela algazarra dessa manhã em Piracicaba era um alsaciano de nome Fritz Roesles. Ele havia sido piloto na Primeira Guerra Mundial e mudara-se para o 19 Brasil em 1920, radicando-se primeiro em Olímpia – SP e depois na própria capital paulista. Fritz casou-se com Teresa de Marzo, a primeira mulher a obter brevê no Brasil.
22 Ele percorria o interior paulista vendendo voos panorâmicos. Era um dos pioneiros nessa atividade, que tornaria a aviação acessível ao grande público e motivaria muitos a 25 seguirem a carreira da aviação. Fritz fazia decolar o biplano com o passageiro, dava uma volta sobre a cidade, recebia o dinheiro e chamava o próximo da fila.
28 Seu Joãozinho foi um dos passageiros que aguardou na fila a vez de voar. Com dois metros de altura e pesando pouco mais de 100 quilos, acomodou-se no cockpit traseiro do biplano.

31 a viver um dos momentos mais inesquecíveis de sua vida. Uma aventura que ele não se cansaria de contar, enquanto vivesse, a todos os filhos e netos.

João Ricardo Penteado. **Voar**: histórias da aviação e do paraquedismo civil brasileiro. São Paulo: Editora SENAC, 2001 (com adaptações).

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de 1 a 10.

- (1) O primeiro período do texto apresenta características de Piracicaba, entre as quais está o fato de ser a cidade onde foi proclamada a República Velha.
- (2) Não haveria prejuízo para os sentidos do texto, caso o trecho “o responsável pela quebra da monotonia dos céus piracicabanos” (ℓ.5-6) fosse reescrito da seguinte forma: o autor da interrupção do marasmo nos céus de Piracicaba.
- (3) No quarto parágrafo do texto, pelo emprego das formas verbais “percorria”, “fazia decolar”, “dava”, “recebia”, “chamava”, infere-se que tais ações foram realizadas por Fritz esporadicamente.
- (4) No texto, de caráter predominantemente argumentativo, o autor defende a aviação amadora brasileira.
- (5) No trecho “Era um dos pioneiros nessa atividade, que tornaria a aviação acessível ao grande público”, as palavras “acessível” e “público” são acentuadas de acordo com diferentes regras de acentuação.
- (6) Haveria prejuízo para a correção gramatical do texto, se a primeira oração do terceiro parágrafo fosse pontuada da seguinte forma: O responsável pela algazarra dessa manhã, em Piracicaba era um alsaciano de nome Fritz Roesles.
- (7) O pronome “Ele”, em “Ele percorria o interior paulista vendendo voos panorâmicos” (ℓ.22-23), refere-se a “biplano” (ℓ.7).
- (8) No quarto parágrafo, estaria incorreto o emprego do sinal indicativo de crase no seguinte trecho: motivaria muitos a seguirem à carreira da aviação.
- (9) O termo “algazarra” (ℓ.16), que retoma, por coesão, “alvorçada” (ℓ.2), descreve a reação da cidade de Piracicaba e de seus habitantes à passagem do biplano.
- (10) Mencionada no último parágrafo do texto, a aventura inesquecível vivida por Seu Joãozinho foi a oportunidade de pilotar o biplano de Fritz Roesles.

1: incorreta, pois o primeiro período do texto traz como informação principal que a cidade de Piracicaba acordou alvoroçada. A informação entre vírgulas é um apostro com informações complementares sobre a cidade. Essa informação diz que a cidade foi um dos berços da República Velha, ou seja, lá se desenvolveu ideias que encaminharam à sua existência e não que lá foi proclamada a República, que de fato ocorreu no Rio de Janeiro.

2: correta, pois a reescrita sugerida pelo item mantém a estrutura da frase original e substitui os termos “responsável”, “quebra” e “monotonia” por sinônimos equivalentes no contexto e o adjetivo “piracicabanos” pela locução adjetiva equivalente. Para que tais alterações vocabulares sejam válidas, foi necessário se fazer algumas adaptações: a troca de preposições (o responsável pela quebra – o autor da interrupção, monotonia dos céus – marasmo nos céus) e artigos (quebra da monotonia – interrupção do marasmo) para que se mantivesse a correção da regência e concordância do trecho.

3: incorreta, pois os verbos apresentados no item estão conjugados no pretérito imperfeito do indicativo, tempo verbal usado para indicar que uma ação no passado era habitual. A forma do verbo permite, juntamente com a estrutura textual, entender que as ações eram regularmente feitas por Fritz, como uma atividade constante. Caso o texto quisesse demonstrar ações esporádicas, seria necessário contextualizá-las com expressões indicativas de frequência.

4: incorreta, pois o texto não possui caráter argumentativo, uma vez que o autor apenas narra a história de Fritz e a contextualiza no tempo, na região e na interação com outros, sem qualquer espécie de avaliação positiva ou negativa de seus atos. Para que o caráter argumentativo estivesse presente, seria necessário colocar Fritz como um alto representante da aviação e demonstrar sua importância e do que fez para o desenvolvimento da aviação.

5: correta, pois a palavra “acessível” é uma paroxítona, ou seja, sua sílaba tônica é a penúltima. Uma das regras de acentuação para paroxítonas diz que devem ser acentuadas as que são terminadas em “L”. Já a palavra “público” é uma proparoxítona, ou seja, a sílaba tônica é a antepenúltima. Diz a regra que todas as proparoxítonas são acentuadas.

6: correta, pois as vírgulas são usadas para indicar uma quebra discursiva, ou seja, algum termo ou expressão que está deslocada ou intercalada à ordem natural da frase, além de enumerar termos semelhantes e estabelecer relações entre orações. Em português, a ordem frasal é sujeito-verbo-complemento. Quando há entre esses termos uma expressão de tempo, ela pode ou não vir isolada por vírgulas. Seria correta a escrita “O responsável pela algazarra dessa manhã, em Piracicaba, era um alsaciano de nome Fritz Roesles”. Quando se usa apenas uma vírgula, o erro consiste em separar por pontuação a ordem natural da frase, ou seja, o sujeito do predicado.

7: incorreta, pois o pronome “ele” funciona como elemento coesivo no texto, ou seja, retoma um termo anterior evitando sua repetição e estabelecendo relações entre as partes do texto. No trecho citado, o pronome retoma corretamente o termo “Fritz Roesles”, o principal assunto e agente dos acontecimentos do texto a partir do segundo parágrafo.

8: correta, pois o verbo “seguir” na acepção de “exercer, entrar em carreira ou profissão de” é transitivo direto, ou seja, exige complemento que deve se ligar diretamente ao verbo, sem intermédio de uma preposição. O complemento do verbo no trecho é “carreira” que, por ser um substantivo feminino, vem acompanhado do artigo “a”. Para que ocorresse “a” craseado, seria necessária a presença de um “a” preposição e um “a” artigo, o que não se cumpre no trecho.

9: correta, pois lê-se no **Dicionário Houaiss** a acepção de alvoroço (substantivo do qual deriva o adjetivo alvoroçada) – “5 manifestação ruidosa e confusa; gritaria, balbúrdia”. A definição de algazarra é “2 p. ext. vozeria, barulheira, tagarela. O texto é iniciado com a descrição do estado em que a cidade acordou – alvoroçada. Esse trecho serve de contextualização para explicar as novidades trazidas pelo aviador Fritz Roesles. Quando ele é apresentado, se retoma o estado de novidade na cidade por onde ele voa. As palavras que cumprem esse papel são justamente “alvoroçada” e “algazarra”, portanto, termos que permitem sinonímia e retomada de sentido coesivo no texto.

10: incorreta, pois Seu Joãozinho teve a oportunidade de voar no biplano pilotado por Fritz Roesles no cockpit traseiro. Como diz o texto, “Fritz fazia decolar o biplano com o passageiro, dava uma volta sobre a cidade, recebia o dinheiro e chamava o próximo da fila” e seu Joãozinho foi um doa que entrou na fila.

Gabarito 1E; 2C; 3E; 4E; 5C; 6C; 7E; 8C; 9C; 10E



Lailson. **Jornal do Brasil**, 20 maio 2006.

Só falta agora proibir as canetas

- 1 O celular é uma arma. A frase tem sido repetida à exaustão. Logo, a solução é bloqueá-lo ou desligar as antenas transmissoras nas proximidades dos presídios, mesmo que a medida isole e prejudique centenas de milhares de cidadãos inocentes, como já ocorre em São Paulo. Em breve, raciocínio idêntico deverá valer para a Internet, também usada por bandidos, pedófilos e fraudadores cibernéticos. Ou para automóveis, pois eles matam milhares de pessoas por ano no Brasil. Ou para a gasolina, porque ela pode ser
- 10 usada na fabricação de coquetéis *molotov*. Ou, ainda, por absurdo, para as canetas, instrumentos usados para preencher cheques sem fundos.
- 13 O grande vilão não é o celular, mas a situação do sistema penitenciário e a falta de prioridade das questões de segurança pública no Brasil. Falta quase tudo nos presídios

16 brasileiros: pessoal qualificado, infraestrutura adequada, recursos tecnológicos mínimos e fiscalização rigorosa. A justiça sequer classifica como falta grave o uso do celular pelos presos.

O desligamento das estações retransmissoras mais próximas é medida precária e vulnerável, porque qualquer delinquente pode reorientar uma antena remota, até 5 quilômetros de distância, direcionando o sinal do celular para os presídios. Um único telefone celular GSM de alta sensibilidade permitirá que, dentro do presídio, os presos captem até o mais tênue sinal e repassem esse aparelho de mão em mão, usando diferentes *chips* (SIM cards).

28 Além de pouco eficaz no combate ao crime, esse tipo de guerra contra o celular está prejudicando mais de 200.000 usuários que moram, trabalham ou transitam nos 31 bairros próximos aos presídios até alguns quilômetros de distância.

Ethevaldo Siqueira. **Veja**, 31 maio 2006 (com adaptações).

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir com base no texto ao lado — “**Só falta agora proibir as canetas**”.

- (1) A impessoalidade presente no título do texto — “**Só falta agora proibir as canetas**” — seria corretamente preservada caso a forma verbal “**proibir**” fosse substituída por: se **proibirem** ou **proibirem**.
- (2) De acordo com o autor do texto, as sanções impostas aos cidadãos inocentes decorrem da tendência do Estado à generalização de procedimentos e ao ritmo lento com que as inovações tecnológicas são adotadas.
- (3) A relação de causa e efeito expressa em “Ou para automóveis, pois eles matam milhares de pessoas por ano no Brasil” (ℳ.8-9) poderia, preservadas a correção gramatical e a coerência textual, ser reescrita da seguinte forma: Ou mesmo para veículos que matam, por ano, milhões de brasileiros.
- (4) A eficácia argumentativa do texto seria afetada, mas a correção gramatical seria mantida, caso o segmento “Falta quase tudo nos presídios brasileiros” (ℳ.15-16) fosse substituído por: **Nos presídios brasileiros, faltam**.
- (5) A afirmação com que o autor do texto inicia o último parágrafo — “Além de pouco eficaz no combate ao crime” — está fundamentada em informações técnicas apresentadas, de forma mais radical, no parágrafo anterior.
- (6) Quanto à tipologia textual, esse texto classifica-se como narrativo-descritivo, visto que apresenta fatos ordenados de forma cronológica.

1: correta, pois o verbo proibir está conjugado na forma nominal do infinitivo, forma que privilegia a ação e coloca em segundo plano o agente. O mesmo efeito de impessoalidade é obtido com o uso do verbo “proibirem” acompanhado do pronome “se”, uma voz passiva sintética, em que o pronome indica que o sujeito da ação é quem a recebe, ou seja, as canetas. Essa construção permite não se dizer quem é o agente da ação. Da mesma forma, a impessoalidade é mantida com o uso do verbo “proibirem”. Nesse caso, a ausência de um sujeito explícito deixa indeterminado quem é o agente da ação e mantém o foco na informação do verbo.

2: incorreta, pois as sanções sofridas pelos cidadãos são, segundo o texto, consequências da inabilidade pública em resolver as reais questões de segurança e dos presídios. Como diz o trecho: “O grande vilão não é o celular, mas a situação do sistema penitenciário e a falta de prioridade das questões de segurança pública no Brasil.”

3: incorreta, pois apesar de não haver incorreções gramaticais, o problema da reescrita encontra-se na substituição do termo milhares, equivalente aos números que estão entre 1000 e 999999, e milhão, que representa os números entre 1000000 e 999999999. O sentido do texto estaria alterado.

4: correta, pois a expressão “quase tudo” confere ao texto força argumentativa por generalizar os itens faltantes nos presídios como próximos de tudo o que é necessário. A reescrita na forma “Nos presídios brasileiros, faltam: pessoal qualificado, infraestrutura adequada, recursos tecnológicos mínimos e fiscalização rigorosa” indica os itens faltantes sem indicar qual a importância que têm.

5: correta, pois o penúltimo parágrafo do texto apresenta exemplos de como os presos podem facilmente ter acesso ao sinal de celular, ou seja, mostra como a ação de desligar as torres próximas a presídios é ineficiente no combate ao crime. Essa informação é retomada na frase que inicia o último parágrafo para que seja introduzido o argumento complementar do prejuízo à população.

6: incorreta, pois o texto é argumentativo. O autor busca exemplos e construções de causa e consequência, ou seja, argumentos que demonstrem o que busca defender, a sua tese, — a ineficiência da ação de interromper o sinal de celulares próximos a presídios. São ainda características do texto argumentativo observáveis no trecho a objetividade, o raciocínio e a persuasão.

Gabarito 1C; 2E; 3E; 4C; 5C; 6E

Texto para os itens a seguir

Celular recebe ligação e relâmpago

Não é recomendável usar telefones celulares durante tempestades com raios e trovões, sob risco de atrair as descargas elétricas. O alerta foi feito por médicos recentemente.

Os especialistas relataram o caso de uma menina de 15 anos que usava o telefone em um parque quando foi eletrocutada por um raio. A jovem sobreviveu, mas teve danos permanentes à saúde.

“O fenômeno é raro, mas é um problema de saúde pública. A população precisa ser educada para o risco. Assim, poderemos prevenir casos fatais como esse, no futuro”, disse Swinda Esprit, médica do Northick Park Hospital, no Reino Unido.

Ela explicou, ainda, que, quando uma pessoa é atingida pela descarga elétrica de um raio, a alta resistência da pele humana conduz a energia pelo corpo, em um fenômeno chamado *flashover*. No entanto, se algum objeto feito de metal, como um telefone celular, estiver em contato com a pele, interrompe-se o *flashover* e aumenta a gravidade dos ferimentos internos.

Jornal do Brasil, 24 jun. 2006 (com adaptações).

Comentário sobre o texto — Há dois problemas essenciais na construção do texto. O primeiro é uma incoerência de informações. No segundo parágrafo, é apresentado o exemplo da menina atingida por um raio e que por isso sofreu danos permanentes, mas sobreviveu. No parágrafo seguinte, a fala da médica (entre aspas) diz que “poderemos prevenir casos fatais como esse”. O pronome demonstrativo retoma a informação anterior, qualificando-a como fatal, mas a menina do caso citado sobreviveu. Outro problema está na forma como é apresentada a informação sobre o *flashover*. Ao dizer que “a alta resistência da pele humana conduz a energia pelo corpo” não fica evidente que essa condução evita danos à saúde, já que não explica claramente que a energia é conduzida pela pele e impede o contato com órgãos internos, evitando ferimentos.

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Os itens a seguir são reescritos de trechos do texto. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- (1) Durante tempestades, médicos, recentemente, alertaram que eles não recomendam o uso de telefones celulares que, com raios e trovões, atraiam descargas elétricas.
- (2) Os médicos mencionaram uma situação em que, em um parque, uma jovem de 15 anos de idade, ao usar o telefone celular, foi eletrocutada por um raio. Ela não morreu, tendo sofrido, no entanto, danos irreparáveis à saúde.
- (3) A médica acrescentou, também, que, caso uma pessoa for vítima de um raio, a pele dela, altamente resistente, conduzirá a energia elétrica pelo corpo, tratando-se o fenômeno do que se denomina *flashover*.

1: incorreta, pois a reescrita tem problemas essencialmente na ordem em que os elementos foram reapresentados e que deixa a coesão textual prejudicada. A expressão temporal “durante tempestades” está deslocada para junto da informação “médicos alertaram”, o que pode permitir o entendimento de que médicos fizeram o alerta durante tempestades recentes. Ainda sobre a ordem, o termo “com

raios e trovões” deveria se ligar a “tempestade”, caracterizando-a. Como aparece na reescrita, pode-se entender que a associação entre raios e trovões e o uso de apenas certos telefones celulares, devido a oração adjetiva restritiva “que atraíam descargas elétricas”, atraíam descargas elétricas. Há ainda um excesso de coesão no uso do pronome “eles” em “alertaram que eles não recomendam”. O sujeito das duas orações, unidas pela conjunção “que” é o mesmo “médicos”. A própria estrutura do período composto por subordinação e o uso correto da conjunção permitem esse entendimento. O uso do pronome pode inclusive confundir o leitor a pensar que quem alerta e quem recomenda são pessoas diferentes.

2: correta, pois o recurso da paráfrase foi bem utilizado, com reconstruções que mantêm corretamente o sentido do trecho original, por exemplo: “Os especialistas relataram o caso de” – “Os médicos mencionaram uma situação em que”; “A jovem sobreviveu.” – “Ela não morreu”; “mas teve danos permanentes à saúde.” – “tendo sofrido, no entanto, danos irreparáveis à saúde.”

3: incorreta, pois o erro gramatical do trecho está na conjugação do verbo ser em “caso uma pessoa *for* vítima”. A conjunção “caso” indica uma possibilidade, uma hipótese genérica, e pede que o verbo seja conjugado no presente do subjuntivo. A forma correta seria “seja”.

Gabário 1E; 2C; 3E

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Acerca de informações contidas no texto, julgue os próximos itens.

- (1) As informações do texto permitem inferir-se que o benefício de determinada tecnologia pode vir acompanhado de um problema, mesmo que raro, de saúde pública.
- (2) Depreende-se da fala da médica consultada que o desenvolvimento tecnológico na fabricação de telefones celulares, certamente, eliminará os riscos a que estão expostos os usuários desse aparelho.

1: correta, pois inferir é o processo de interpretar, a partir de informações específicas do texto, informações mais gerais e aspectos universais dos temas tratados. Quando um texto traz argumentações que exigem que o leitor infira, deve fornecer alguns indícios, ainda que sutis, que encaminham corretamente às conclusões desejadas. No texto em questão, o trecho “O fenômeno é raro, mas é um problema de saúde pública” é a chave para a inferência do que pede o item.

2: incorreta, pois a fala da médica reforça a necessidade de um processo educacional para que as pessoas não usem celulares em situações de risco de descarga elétrica. Reforça, ainda, essa necessidade explicando como o celular rompe com a proteção natural do corpo a raios. Em momento algum há qualquer menção ao processo de desenvolvimento tecnológico de aparelhos e sua relação com o problema em questão.

Gabário 1C; 2E

O Senado retoma o debate sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional promovido pela Organização Mundial de Saúde para reduzir a produção e o consumo do tabaco. O assunto reacende na Casa a polêmica entre a área médica e os produtores de fumo no país. O texto da Convenção já foi ratificado pela Câmara dos Deputados. Duas campanhas paralelas se desenrolaram desde que a Convenção foi assinada pelo governo brasileiro e enviada ao Congresso Nacional para ser ratificada. A organização não governamental Rede Tabaco Zero alia-se ao Instituto Nacional do Câncer para cobrar do Senado a ratificação imediata do acordo, o que, segundo a entidade, abriria caminho para a definição de regras para substituir a produção de fumo por outras culturas, com o auxílio do Banco Mundial. Já a Associação dos Fumicultores do Brasil resiste à ratificação por acreditar que ela provocaria uma imediata fuga de capitais do país em razão da desconfiança dos investidores em um mercado que estaria fadado a acabar.

Jornal do Senado, Ano XI, n. 2.097/22, 14-20/3/2005, p. 8 (com adaptações).

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- (1) Tal como acontece no Brasil, nas democracias contemporâneas a atuação dos grupos de pressão sobre os governos e os parlamentos é considerada perniciosa e potencialmente perigosa para a sobrevivência das instituições, razão pela qual tende a ser punida com rigor.
- (2) Enquanto os grupos que defendem a ratificação do documento mencionado no texto sustentam sua posição com base na tese de que o tabaco é prejudicial à saúde, seus adversários lançam mão de argumento de natureza econômica, acenando para os prejuízos que adviriam da extinção dessa lavoura.
- (3) Embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco tenha dimensão mundial, sua elaboração não contou com a participação da Organização das Nações Unidas, em face das pressões das grandes potências, normalmente comprometidas com a defesa dos interesses de seus poderosos grupos econômicos.
- (4) Para os fumicultores, a Convenção-Quadro torna-se inaceitável porque, entre outras falhas, propõe a eliminação do cultivo do tabaco sem oferecer apoio técnico e financeiro aos produtores interessados em substituí-lo por outras modalidades de produção agrícola.
- (5) Verifica-se, em várias partes do mundo contemporâneo, a tendência de se restringir a propaganda e a venda de cigarros e o seu uso em recintos fechados, decisão que pretende reduzir o número de mortes atribuídas ao tabagismo, considerado fator importante da ocorrência de câncer, doenças cardiovasculares e outras moléstias graves.

1: incorreta. O texto não apresenta qualquer indício de punição às instituições que debatem o tema. Pelo contrário, a pressão que fazem tende a orientar a decisão do congresso acerca do tema.

2: correta. Os grupos de defesa da ratificação são todos ligados à área médica (OMS, Rede Tabaco Zero e Instituto Nacional do Câncer). Apesar de usar a preservação da saúde como base, é importante notar, no entanto, que as entidades de saúde usam a economia como base argumentativa, ao dizer que a rapidez na ratificação facilitaria as mudanças na agricultura e na economia: “a ratificação imediata do acordo, o que, segundo a entidade, abriria caminho para a definição de regras para substituir a produção de fumo por outras culturas, com o auxílio do Banco Mundial”. A argumentação da Associação dos Fumicultores apresentada pelo texto é de base econômica: “provocaria uma imediata fuga de capitais do país”.

3: incorreta. A Organização Mundial de Saúde é subsidiada da ONU. Há, portanto, participação da instituição. O texto não cita as pressões ou os acontecimentos anteriores à discussão no Brasil.

4: incorreta. O texto não apresenta posicionamento da Associação dos Fumicultores a respeito da substituição de cultura, e sim apenas a preocupação com a possível fuga de investidores para o mercado de tabaco, fadado a acabar.

5: correta. A participação do Instituto Nacional do Câncer na defesa da convenção corrobora o conhecimento geral dos malefícios do tabaco.

Gabário 1E; 2C; 3E; 4E; 5C

- 1 Há cinco tipos de contaminação do solo identificados pelo Ministério da Saúde que podem causar danos à saúde pública. Os lixões, por exemplo, contaminam o solo com um líquido altamente tóxico, chamado chorume, que polui também a água do lençol freático. As atividades petroquímicas, de extração mineral e siderúrgicas, as fábricas e os galpões de produtos para pulverização da agricultura também estão listados como causadores de contaminação. Outro fato que preocupa o Ministério da Saúde é a contaminação do solo por vazamento de combustível de postos de gasolina. Em São Paulo, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental estima que haja 13 problemas de vazamento em um terço dos 7,5 mil postos.

Idem, *ibidem* (com adaptações).

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Em relação ao texto acima e considerando o tema por ele abordado, julgue os itens subsequentes.

- (1) Na atualidade, estudos técnicos demonstram que os chamados lixões não podem ser desativados em face de seu elevado poder de geração de renda.
- (2) A inserção de vírgula logo após a expressão “Ministério da Saúde” (ℓ.2) transformaria a oração subsequente em explicativa e alteraria o sentido da informação do período.
- (3) No texto, há mais de dez palavras que recebem acento gráfico com base na mesma regra de acentuação: todas as proparoxítonas são acentuadas.
- (4) Estaria igualmente correta a grafia da palavra “líquido” (ℓ.4) com sinal de trema sobre o “u”.
- (5) No texto, a troca da palavra “combustível” (ℓ.10) pelo seu plural — **combustíveis** — não prejudica a correção gramatical do período.
- (6) Caso a palavra “problemas” (ℓ.13) estivesse no singular — **problema** —, o período permaneceria gramaticalmente correto.
- (7) Muitos dos problemas ambientais hoje existentes decorrem do modelo industrial contemporâneo, em larga medida dependente do petróleo.
- (8) Cresce em todo o mundo, sobretudo nos países mais industrializados, a tendência de abandonar o uso de automóveis em razão de seu caráter poluente, o que caracteriza o fim de um dos símbolos da vida contemporânea.
- (9) A expressão desenvolvimento sustentável pressupõe a não utilização dos recursos naturais no sistema produtivo, justamente para preservar as condições de vida no planeta.
- (10) Além das diferentes formas de contaminação do meio ambiente mencionadas no texto, cresce a preocupação mundial com o chamado efeito estufa, que reduz perigosamente a temperatura global.
- (11) Os ambientalistas de todo o mundo comemoraram a recente entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, o que foi possível com a adesão das principais potências mundiais — a começar pelos Estados Unidos da América — a esse acordo.
- (12) O objetivo fundamental do Protocolo de Kyoto é a redução dos níveis de emissão de gases poluentes na atmosfera.
- (13) Nos dias de hoje, é conhecida a atuação, muitas vezes em escala planetária, das organizações não governamentais na defesa do meio ambiente, pressionando governos, empresas e outras instituições a alterarem os caminhos clássicos da moderna industrialização.
- (14) A maior oposição que se faz à denominada agricultura orgânica decorre do uso intensivo que ela faz dos agrotóxicos, grandes responsáveis pela contaminação do solo e dos lençóis freáticos.
- (15) São preocupantes, na atualidade, os sinais de escassez de água doce em várias partes do mundo, em larga medida resultantes da má utilização desse líquido essencial à vida.
- (16) Dono de algumas das maiores bacias fluviais existentes no planeta, o Brasil está longe de considerar a falta de água tratada como um problema que mereça atenção especial.
- (17) Incluído na atual agenda política brasileira, o tema da transposição das águas do rio São Francisco conseguiu obter o apoio unânime dos estados banhados por este que é considerado o rio da integração nacional.

1: Errado. A impossibilidade de desativação dos aterros sanitários está relacionada ao grande índice de produção de resíduos dos municípios. Muitos desses municípios já exportam seu lixo para aterros de outros municípios devido à lotação de seus lixões.

2: Certo. A inserção da vírgula alteraria o sentido da oração subsequente (que é uma oração adjetiva restritiva, ou seja, restringe a contaminação do solo a apenas danos à saúde) para uma oração adjetiva explicativa, isto é, a qualidade “podem causar danos à saúde pública” seria uma característica essencial da contaminação do solo, e não apenas uma delas.

3: Errado. Algumas palavras como “saúde”, “Ministério”, “água” e “também” são acentuadas, no entanto, não são proparoxítonas.

4: Certo. Segundo as regras do *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*, o uso do trema restringe-se apenas à grafia das palavras de origem estrangeira (mülleriano, Müller). Entretanto, antes desse novo acordo, a palavra “líquido” poderia ser grafada com trema, “líquido”.

5: Certo. A substituição do termo “combustível” pelo plural combustíveis é possível, pois ambos estão empregados de modo generalizado, mantendo, assim, a correção gramatical do período.

6: Certo. A substituição do termo “problemas” pelo singular problema é possível, pois ambos estão empregados de modo generalizado, mantendo, assim, a correção gramatical do período.

7: Certo. O modelo econômico atual depende em larga escala do petróleo, de modo que muitos dos desastres/contaminações ambientais estão relacionados a produtos derivados do petróleo.

8: Errado. O automóvel não será abandonado, entretanto, os combustíveis que serão utilizados para a locomoção desse meio de transporte serão outros. Aliás, já existem algumas iniciativas como o álcool, energia solar, entre outras.

9: Errado. A expressão desenvolvimento sustentável pressupõe uma utilização consciente dos recursos naturais para que sejam usufruídos pelas próximas gerações.

10: Errado. O “efeito estufa” é responsável pelo aumento de temperatura nas camadas mais baixas da atmosfera.

11: Errado. O Protocolo de Kyoto visa à diminuição das emissões de gases poluentes na atmosfera, entretanto, potências como os EUA e a Austrália não ratificaram o acordo.

12: Certo. O Protocolo de Kyoto constitui-se como um tratado internacional para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global.

13: Certo. Organizações não governamentais, como GreenPeace, WWF, Projeto Tamar pressionam governos para que eles utilizem o desenvolvimento sustentável, visando, assim, à diminuição do impacto do homem na natureza.

14: Errado. A agricultura orgânica exclui o uso de fertilizantes sintéticos.

15: Certo. A água é um recurso natural irrenovável. Desse modo, é importante destacar que a constante contaminação dos rios só torna mais escasso tal recurso.

16: Errado. Mesmo possuindo a maior bacia hidrográfica do mundo, o Brasil sofre com a falta de tratamento da rede de esgoto que, por sua vez, acaba contaminando os rios e tornando-se uma das principais causas de doenças e mortalidade infantil no país.

17: Errado. A transposição das águas do São Francisco é um tema um tanto quanto controverso: alguns discursos acreditam que tal atitude trará benefícios para a agricultura devido à irrigação, enquanto outros dizem que a utilização da vazão para o interior afetará regiões que o são habitualmente banhadas pelo rio.

10E, 11E, 12C, 13C, 14E, 15C, 16E, 17E
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6C, 7C, 8E, 9E,

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, mas não admitem ambos os julgamentos. A esse respeito, considere que **A** represente a proposição simples “É dever do servidor apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função” e que **B** represente a proposição simples “É permitido ao servidor que presta atendimento ao público solicitar dos que o procuram ajuda financeira para realizar o cumprimento de sua missão”.

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Considerando as proposições **A** e **B** acima, julgue os itens subsequentes, com respeito ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e às regras inerentes ao raciocínio lógico.

- (1) A proposição composta “Se **A** então **B**” é necessariamente verdadeira.
- (2) Represente-se por $\neg A$ a proposição composta que é a negação da proposição **A**, isto é, $\neg A$ é falso quando **A** é verdadeiro e $\neg A$ é verdadeiro quando **A** é falso. Desse modo, as proposições “Se $\neg A$ então $\neg B$ ” e “Se **A** então **B**” têm valores lógicos iguais.
- (3) Sabe-se que uma proposição na forma “Ou **A** ou **B**” tem valor lógico falso quando **A** e **B** são ambos falsos; nos demais casos, a proposição é verdadeira. Portanto, a proposição composta “Ou **A** ou **B**”, em que **A** e **B** são as proposições referidas acima, é verdadeira.

1: Errado, pois Se **A** é verdadeiro, então **B** é falso, de modo que $A \supset B =$ falso.

2: Errado. Observe a tabela de proposições abaixo:

A	B	$\neg A$	$\neg B$	$\neg A \supset B$	$A \supset B$
V	F	F	V	V	F

3: Certo. Observe a tabela de proposições abaixo:

A	B	$A \vee B$
V	F	F

Gabarito: 1E, 2E, 3C



(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Com relação às imagens acima, julgue o item que se segue.

- (1) A frase **A saúde do povo é objeto de inequívoca responsabilidade social** constitui título adequado para a mudança que, nessas imagens, se expressa.

1: Certa. Tal frase refere-se ao respeito à universalização dos direitos sociais e da cidadania.

Gabarito: 1C

Texto para os itens seguintes.

(...)

- 1 Mas, afinal, qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento e o combate à pobreza?
Para responder a essa pergunta é preciso primeiro apresentar o que são os agricultores familiares e quantos são.
O agricultor familiar, em termos mais genéricos, é aquele que, ao mesmo tempo em que é o gerente do estabelecimento rural, também é trabalhador rural, desta forma diferenciando-se dos estabelecimentos rurais chamados de patronais, onde o proprietário é o gerente, mas não é um trabalhador rural. Em termos numéricos, a agricultura familiar representa aproximadamente 85% dos estabelecimentos rurais do Brasil, com cerca de vinte milhões de pessoas.
- 7 Em segundo lugar, é preciso que haja uma nova compreensão sobre o espaço rural brasileiro. Tradicionalmente, a área em que há qualquer tipo de aglomerado populacional é considerada uma área urbana. Isto é extremamente conveniente para as prefeituras, que podem aumentar a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- 10 Em terceiro lugar, deve vir a compreensão de que na área rural não se encontram mais somente atividades agrícolas. A integração destas com outras áreas nos setores industriais e de serviços tem permitido uma importante dinamização na oferta de geração de renda e empregos no meio rural. A antiga definição do rural como espaço agrícola e do urbano como espaço da indústria e dos serviços vem sendo modificada, gerando o falso entendimento de que não precisamos ter pessoas no espaço rural brasileiro, com o avanço tecnológico.
- Feitas estas considerações, podemos voltar à resposta à pergunta feita inicialmente. A agricultura familiar assume um papel estratégico na criação das possibilidades de desenvolvimento local. O fortalecimento da agricultura familiar é estratégico para o avanço de propostas de desenvolvimento local, pela sua presença maciça na grande maioria dos municípios brasileiros, pelo número de pessoas que vivem nessas condições, pela força de sua produção agrícola e sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais locais. Esse processo cria não só ocupações produtivas para os membros da família, mas para toda a região onde se produz o processo de dinamização da economia.

Murilo Flores. Internet: <<http://www.coeprasil.org.br/opinioao.asp>> (com adaptações).

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Julgue os itens a seguir, a respeito da compreensão e da interpretação do texto e da tipologia textual.

- (1) No texto, define-se agricultor familiar como sendo aquele que possui uma propriedade rural e nela vive com sua família, trabalhando ou não nessa propriedade.
- (2) A pergunta inicial serve como motivação para comentários sobre o combate à pobreza, mas, ao final, ainda permanece sem resposta.
- (3) Infere-se do texto que cerca de 15% dos estabelecimentos rurais do Brasil não praticam a agricultura familiar.
- (4) O plano do texto é o evidente: tem uma introdução (pergunta inicial), um desenvolvimento e uma conclusão.

- (5) Infere-se do terceiro parágrafo que nem toda aglomeração populacional pertence à área urbana e que a divisão tradicional da população em urbana e rural tem atendido a interesses políticos.
- (6) De acordo com o texto, para efeito de conceituação, área rural é aquela em que há atividades agrícolas e área urbana é a que desenvolve atividades industriais e de serviços.
- (7) A ideia de que com a industrialização o elemento humano torna-se desnecessário na zona rural é um dos argumentos do autor para tratar do combate à fome.
- (8) O texto mostra que a agricultura familiar, apesar de envolver poucas pessoas e de ser ainda pobre e fraca, pode desempenhar um papel estratégico no combate à pobreza.
- (9) Capacidade de interagir com outras atividades econômicas e sociais é, segundo o autor, uma das qualidades positivas da agricultura familiar brasileira.
- (10) Por suas características de linguagem e de organização das ideias, este é um texto argumentativo.

1: Errado. Agricultor familiar é aquele que, ao mesmo tempo, é gerente e trabalhador rural, diferentemente daqueles estabelecimentos rurais patronais.

2: Errado. Há uma resposta: a agricultura familiar é fundamental para o combate à pobreza, pois proporciona ocupação produtiva para os membros da família e contribui para o processo de dinamização da economia da região.

3: Certo. Sim, pois, se 85% das propriedades familiares rurais praticam agricultura, os outros 15%, por sua vez, não praticam.

4: Certo. Por se tratar de uma dissertação, o texto possui a seguinte estrutura: introdução – que, no caso, é configurada por uma pergunta inicial –, desenvolvimento – que ocorre a partir de dados informados pelo autor – e conclusão – resposta para a pergunta inicial.

5: Certo. Nem todo aglomerado populacional pode ser considerado área urbana, entretanto, para maior arrecadação das prefeituras, elas denominam tais áreas para que essas populações contribuam com o pagamento do IPTU.

6: Errado. Essa antiga conceituação vem se modificando, pois a “integração destas com outras áreas nos setores industriais e de serviços tem permitido uma importante dinamização na oferta de geração de renda e empregos no meio rural”.

7: Errado. Ao contrário, o autor observa que a integração entre indústria e área rural é importante para a dinamização da área rural.

8: Errado. Segundo o autor, a agricultura familiar é fundamental, pois tem “papel estratégico na criação das possibilidades de desenvolvimento local. O fortalecimento da agricultura familiar é estratégico para o avanço de propostas de desenvolvimento local, pela sua presença maciça na grande maioria dos municípios brasileiros, pelo número de pessoas que vivem nessas condições, pela força de sua produção agrícola e sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais locais”.

9: Certo. Essa capacidade da agricultura familiar não é só uma das características da sua força, mas também um fator fundamental para a dinamização das regiões onde ocorre esse processo de interação.

10: Certo. Trata-se de uma dissertação argumentativa, na qual o autor, por meio de argumentos, procura apresentar um ponto de vista acerca do tema tratado.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6E, 7E, 8E, 9C, 10C

Texto para as duas questões seguintes.

Brasil e África do Sul assinam acordo de cooperação

- 1 O Ministério da Educação do Brasil e o da África do Sul assinaram no início de julho um acordo de cooperação internacional na área da educação superior. Além de apoiar o ensino universitário e prever a promoção conjunta de eventos científicos e técnicos, o acordo contempla o intercâmbio de materiais educacionais e de pesquisa e o incentivo à mobilidade acadêmica e estudantil entre instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e escolas técnicas. Para incentivar a mobilidade, além de projetos
- 4 conjuntos de pesquisa, os dois países devem promover a implantação de programas de intercâmbio acadêmico, com a concessão de bolsas, tanto a brasileiros na África do Sul

- 13 quanto a sul-africanos no Brasil, para professores e alunos de doutorado e pós-doutorado. Ainda nessa área, a cooperação também prevê a criação de um programa de fomento a
- 16 publicações científicas associadas entre representantes dos dois países.
- Segundo o ministro da Educação brasileiro, Fernando
- 19 Haddad, as equipes de ambos os ministérios da Educação trabalham há tempos na construção de um acordo para incrementar a cooperação entre os dois países. “Brasil e África
- 22 do Sul têm uma grande similaridade de pensamento, oportunidades e desafios. Esperávamos há tempos a formatação de um acordo sólido”.

Internet: <portal.mec.gov.br> (com adaptações).

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE)
Julgue os itens a seguir quanto à compreensão do texto e à tipologia textual.

- (1) A ideia central do texto está resumida no primeiro período do primeiro parágrafo.
- (2) Depreende-se do texto que o acordo foi assinado de modo intempestivo, o que surpreendeu as autoridades brasileiras da área da educação superior.
- (3) O ministro da Educação brasileiro pronunciou-se favoravelmente ao acordo, assinalando os pontos em comum existentes entre os dois países.
- (4) Quanto à tipologia, o texto caracteriza-se como informativo. Tomando como parâmetro a norma padrão do português escrito,

1: Certo. A introdução do texto declara o tema principal do texto: a consolidação de um acordo educacional entre Brasil e África do Sul.

2: Errado. O acordo entre os países há tempos visava à cooperação entre Brasil e África do Sul.

3: Certo. Segundo o Ministério da educação, Fernando Haddad, os países “têm uma grande similaridade de pensamento”.

4: Certo. Trata-se de um texto informativo, pois são apresentados diversos fatos acerca do acordo educacional entre os países. Além disso, o texto respeita as regras da norma-padrão da língua portuguesa.

Gababito 1C, 2E, 3C, 4C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE)
Julgue os itens seguintes, relativos às estruturas linguísticas do texto.

- (1) Uma forma de evitar a repetição da expressão “dois países” (ℓ.10, 17, 21) é substituí-la, na linha 17, por: ambos países.
- (2) Caso se substitua “a” por as na construção “programa de fomento a publicações científicas” (ℓ.15-16), o acento grave passa a ser optativo, isto é, pode ser empregado ou não, sem prejuízo da correção gramatical da frase.
- (3) No último parágrafo, as aspas estão empregadas para indicar que o trecho isolado por elas constitui citação da fala de outrem; no caso, do ministro da Educação brasileiro.
- (4) Na construção “Segundo o ministro da Educação brasileiro, Fernando Haddad, as equipes” (ℓ.18-19), o termo “Fernando Haddad” está isolado por vírgulas por ser apostó.

1: Errado. É obrigatório o uso do artigo definido entre o numeral ambos e o substantivo ao qual se refere.

2: Errado. O acento grave – crase – seria obrigatório, pois o substantivo “fomento” é regido pela preposição a, de modo que, contraído ao artigo definido plural, haveria o uso da crase.

3: Certo. O emprego das aspas, no texto, serve para assinalar a fala do Ministro da educação.

4: Certo. Trata-se de um apostó explicativo da expressão “ministro da Educação brasileiro”.

Gababito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto para os itens a seguir.

- 1 Certamente você já se perguntou por que algumas pessoas têm tanto e outras tão pouco. Talvez a resposta não seja tão complicada quanto se pensa. (...) O principal
- 4 obstáculo para a prosperidade financeira ou para se lidar com dinheiro é a ausência de educação financeira. Passamos grande parte de nossa vida nos bancos escolares e nunca ou muito raramente recebemos orientação sobre finanças.
- 7 Educar-se financeiramente é a condição básica para entender como o dinheiro deve ser administrado. Um cidadão educado financeiramente sabe o valor do dinheiro, o quanto é difícil ganhá-lo e a importância de conservá-lo, respeitá-lo e fazê-lo render.
- 10 E você, é um cidadão educado financeiramente? Saberá o que fazer para ganhar, preservar e aumentar
- 16 sua riqueza? Quando você encontra uma moeda de dez centavos, como reage? Há pessoas que desperdiçam muito dinheiro. Olham uma moeda de R\$ 1 e não veem valor
- 19 significativo nela. Pode ser que R\$ 1 já não compre muita coisa isoladamente. Mas R\$ 1 por dia são R\$ 30 mensais. Você saberia dizer quanto o desperdício de R\$ 1 por dia
- 22 daria em um ano? E em 10 anos? E em 20 ou 30 ou 40 anos?
- O que uma pessoa que desconhece os segredos do
- 25 dinheiro faria se ganhasse R\$ 500 mil em um programa de televisão? A grande maioria apresenta uma lista imensa de "prioridades" como: ajudar um parente ou amigo, comprar
- 28 uma casa nova, comprar um carro, uma fazenda, fazer lipoaspiração, mudar de visual, trocar todo o guarda-roupa etc. A lista apresenta-se como uma infinidade de itens a
- 31 serem adquiridos. Este é o grande problema: não podemos ter um
- 34 dinheirinho a mais e queremos comprar. Compramos os chamados "passivos". É considerado "passivo" tudo aquilo
- que, além de tirar nosso dinheiro do bolso, gera mais despesas para o nosso orçamento. Uma casa maior, por
- 37 exemplo, traz consigo novas e maiores despesas. Um carro novo perde 25% do seu valor ao sair da concessionária, além de trazer um aumento de gastos com seguros e
- 40 impostos. Portanto, toda aquisição deve ser rigorosamente estudada no que diz respeito à sua viabilidade e necessidade. A falta de conhecimento causa problemas
- 43 como esses. Comprar dívidas é o maior sinal de ausência de educação financeira.

G. Santos e C. Santos. **Rico ou pobre:** uma questão de educação. Campinas: Armazém do Ipê, 2005, p. 4-7 (com adaptações).

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE)
Acerca da compreensão, da interpretação e da tipologia do texto apresentado, julgue os próximos itens.

- (1) O segmento a seguir poderia figurar no espaço marcado com (...), sem prejudicar a organização das ideias do primeiro parágrafo: As pessoas educadas financeiramente sabem como fazer para preservar e aumentar sua riqueza.
- (2) Os autores do texto censuram as pessoas que desperdiçam tempo recolhendo moedas de pouco valor, em vez de tentarem ganhar meio milhão em programas de televisão.
- (3) Segundo o texto, é uma virtude viver sob o lema: Mais vale um gosto que dinheiro no bolso.
- (4) Depreende-se do texto a recomendação dos autores a favor da aquisição de "passivos" à vista, caso se tenha um dinheiro a mais sobrando, já que "Comprar dívidas" (ℓ.44) é coisa de quem não possui educação financeira.
- (5) Quanto à tipologia, o texto caracteriza-se como um diálogo, em virtude das perguntas feitas diretamente ao leitor.

1: Certo. Não haveria prejuízo semântico, pois manteria a continuação de ideias da oração que antecede o espaço marcado com (...), "Talvez a resposta não seja tão complicada quanto se pensa".

2: Errado. Os autores criticam as pessoas que não recolhem as moedas de pouco valor, pois elas acreditam que não há valor. Porém, os autores procuram demonstrar que sozinhas essas moedas não possuem grande valor, mas quando juntas a uma soma são importantes.

3: Errado. Os autores procuram demonstrar que não devemos nos deixar levar por nossas vontades, pois, seguindo eles, essas vontades acrescentam muitos gastos e, por conseguinte, criam dívidas para os indivíduos.

4: Errado. Os autores recomendam que não se adquira passivos, seja à vista ou a prazo, pois constituem dívidas que prejudicarão o balanço financeiro.

5: Errado. Trata-se de uma dissertação, pois os autores procuram demonstrar a importância do planejamento e educação financeira ao público, para isso eles utilizam-se de argumentos sólidos para convencer o leitor.

Gabarito 1.C, 2.E, 3.E, 4.E, 5.E

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE)
Julgue os itens que se seguem com relação à análise gramatical de elementos e expressões do texto.

- (1) Na indagação da linha 1, aparece a expressão "por que". Na resposta, a expressão correta seria porque, como aparece a seguir: Algumas pessoas têm mais dinheiro do que outras porque sabem como aumentar sua riqueza.
- (2) O período contido nas linhas 15 e 16 estaria corretamente reescrito assim: Saberá o que fazer com sua riqueza para preservá-la e aumentá-la?
- (3) Trocando-se haver por existir (ℓ. 17), o verbo existir deve vir no plural, concordando com "pessoas", da seguinte forma: Existem pessoas que desperdiçam muito dinheiro.
- (4) Substituindo-se o termo sublinhado em "Olham uma moeda de R\$ 1" (ℓ. 18) por um pronome pessoal correspondente, considerando a função sintática do trecho, obtém-se: Olham-na.
- (5) As aspas estão empregadas nas linhas 27 e 34 pelo mesmo motivo: indicar que as palavras por elas destacadas pertencem a linguagem técnico-científica.

1: Certo. Trata-se de uma conjunção explicativa que tem como função responder à indagação.

2: Certo. As formas pronominais do verbo – preservá-la e aumentá-la – estariam corretas, pois se referem ao substantivo "riqueza".

3: Certo. O verbo existir, ao contrário do verbo haver, deve concordar com o sujeito, no caso, "pessoas".

4: Certo. O pronome pessoal (a) substitui corretamente o substantivo "moeda". Além disso, se a última sílaba do verbo for nasal – am, em, ão, ãe, – os pronomes serão substituídos por na, no, nas, nos.

5: Errado. Somente a segunda ocorrência das aspas refere-se ao emprego de um termo pertencente à linguagem técnico-científica.

Gabarito 1.C, 2.C, 3.C, 4.C, 5.E

A FGV e o IBOPE acabam de jogar mais luz sobre as mazelas do ensino no Brasil. A FGV pôs por terra o mito de que a evasão escolar é motivada pela demanda por trabalho e renda. Pouco mais de um quarto (27,1%) dos jovens de 15 a 17 anos de idade afirma ser essa a razão de abandonarem as salas de aula, enquanto 40% simplesmente admitem não se sentirem atraídos pelos estudos. Já o IBOPE ouviu 2.022 pessoas com mais de 16 anos de idade em todo o país para saber quais são, na opinião deles, os principais problemas da educação. Não se pode dizer que aqui houve surpresas: a desmotivação dos professores em razão dos baixos salários (19%); a falta de segurança e a penetração de drogas nas escolas (17%); o número insuficiente de unidades de ensino (15%) e de professores (12%); e a falta de qualificação dos docentes (11%).

Correio Braziliense, 20/4/2009, p. 12
(com adaptações).